

O TRABALHADOR DO “NOVO RURAL” CATARINENSE: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA A PARTIR DA PNAD DE 2011

Janete Leige Lopes¹⁵
Rosângela Maria Pontili¹⁶

Resumo: Ao longo da história ocorreram diversas transformações na zona rural, particularmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. Uma das mais importantes foi o fenômeno que se tornou conhecido como “Novo Rural” ou “Ruralidade”. Muitas pessoas residentes na zona rural passaram a desempenhar atividades não ligadas ao setor agrícola, um fato que passou a ser denominado de “Pluriatividade”. Assim, com o objetivo de contribuir com o tema, este estudo se propôs a fazer uma análise estatística das características dos trabalhadores que residem na zona rural no Estado de Santa Catarina, mas que desenvolvem atividades não agrícolas. Para tanto, foram utilizados os dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2011. As principais conclusões são: de 571.511 trabalhadores, 43,92% residem na zona rural e desempenham atividades não agrícolas; 36,86% destes trabalhadores concentram-se suas atividades no setor industrial da economia; a maioria é do sexo masculino e o nível de escolaridade predominante é de 9 a 11 anos. No que se refere à renda recebida por estes trabalhadores notou-se que o salário predominante é de 1,0 a 1,5 salários mínimos. Em relação às famílias onde pelo menos um de seus membros desenvolve algum tipo de atividade não agrícola, notou-se que de um total de 443 mil famílias residentes na zona rural, 208 mil dedicam-se somente à atividades agrícolas, 156 mil a atividades não agrícolas e 79 mil famílias possuem membros que desempenham atividades agrícolas e não agrícolas. Percentualmente estes totais representam 47%, 35% e 18%, respectivamente. São estes 18% que a literatura denomina de “famílias pluriativas”. Em vista do exposto, conclui-se que o trabalhador ali inserido tende a estudar mais; tem um rendimento salarial melhor e melhores condições de vida. Porém, é necessário se observar os pontos fortes de cada região, investir em pesquisas locais que estimulassem o interesse de outras pessoas por essa atividade, criando a infraestrutura necessária.

Palavras-chave: novas ruralidades, pluriatividade, Santa Catarina

¹⁵ Professora Adjunta da UNESPAR, campus Campo Mourão, PR, Brasil. J_llopes@yahoo.com.br

¹⁶ Professora Assistente da UNESPAR, campus Campo Mourão, PR, Brasil. rpontili@yahoo.com.br

THE WORKER OF THE “NEW RURAL” IN SANTA CATARINA STATE: A STATISTICAL ANALISYS FROM PNAD 2011

Abstract: Along the history occurred different transformations in the countryside, particularly about the labor market. One of the most important was the phenomena known as “New Rurality” or “Rurality”. Lots of resident people in the countryside passed to act activities none linked to the agricultural sector, a fact called as Pluriactivity. Thus, targeting to contribute with the theme, this study proposes to make a statistic analysis of the characteristics of workers that live in the countryside of Santa Catarina State, but who developed non-agricultural activities. Thereby, it was used the PNAD (IBGE Statistical Measurement) in 2011. The main conclusions are: of 571.511 workers, 43,92% lives on countryside and develop non-agricultural activities; 36,86% of this workers focus their activities in industry; most is male gender, and the prevalent schooling level is between 9 and 11 years. Regarding to work income, it is observed that the wage is no more than 1.5 minimum wage by months. Concerning to families where at least one member develops any kind of non-agricultural activity, it is observed that in a total of 443 thousand countryside resident families, 208 thousand dedicates only to agricultural activities, 156 thousand to non-agricultural activities and 79 thousand families members which develop agricultural and non-agricultural activities. Percentage these totals represent 47%, 35% and 18% respectively. This 18% is what the literature calls as pluriactivity families. Based on these results, the paper concluded that the worker in this situation tends to study more; has a better wage income; and better life conditions. However, it is necessary to observe the strong sides of each region, invest in local researches that stimulate the concern of other people by this activity, and creating the necessary infrastructure.

Key-words: new rurality, pluriactivity, Santa Catarina State.

INTRODUÇÃO

O século XX foi caracterizado por inúmeras transformações na dinâmica da agricultura brasileira. A partir da década de 1960, a agricultura brasileira iniciou o processo de modernização, com a chamada Revolução Verde, a partir da qual novos objetivos e formas de exploração agrícola passaram a serem utilizadas, provocando transformações no meio rural (BALSAN, 2013). Uma das mudanças mais importantes foi a migração dos sistemas basicamente primários, como o Complexo Rural (século XIX), para outro modelo de agricultura orientada para o Complexo Agroindustrial (início do século XXI), (KAGEYAMA 1987).

Entre a passagem do Complexo Rural para os Complexos Agroindustrial ocorreram diversas mudanças, dentre elas o desenvolvimento do mercado de trabalho, que passa de trabalho escravo para trabalho livre.

Verificou-se também, mudanças na base técnica de produção agrícola que transformam a produção artesanal do camponês numa agricultura moderna, intensiva e mecanizada, estruturada no modelo conhecido como “Revolução Verde”. Além disso, assistiu-se o aprofundamento da divisão social do trabalho a partir do qual a agricultura se converte num ramo de produção da indústria, num processo denominado de “industrialização da agricultura”.

A “modernização da agricultura” e a “industrialização da agricultura” se constituíram em “fenômenos chave” para a formação ou surgimento dos Complexos Agroindustriais, a partir dos quais se identificam conjuntos de atividades fortemente relacionadas entre si, ou seja, *“uma tipologia marcada pelas relações intersetoriais indústria-agricultura-comércio-serviços num padrão agrário moderno, no qual o setor agropecuário passa a ser visto de maneira integrada à indústria”*. (MEDEIROS, 1995:49).

Para integrar a agricultura ao sistema capitalista mundial, especialmente através de mudanças tecnológicas, o governo brasileiro centralizou as decisões e realizou grandes investimentos específicos no meio rural, num modelo que priorizou a agricultura patronal e os grandes complexos agroindustriais. Através do crédito subsidiado, foram realizados grandes investimentos em novas tecnologias. As estratégias de crescimento seguidas pelo país para a expansão e modernização da agricultura seguiram a preferência por incentivos de mercado, em detrimento da ação sobre fatores estruturais como educação, a estrutura da posse da terra,

o estabelecimento de um sistema efetivo de tributação fundiária e sobre as relações de trabalho no meio rural (BALSAN, 2012).

Embora esse processo de modernização tenha sido importante para transformar as atividades agrárias em fins comerciais, este provocou inúmeras mudanças na produção agropecuária. Se de um lado produziu ganhos de produção e produtividade e, conseqüentemente, aumento da renda agrícola, de outro, provocou a expulsão da mão-de-obra rural para os centros urbanos ou outras áreas de fronteira agrícola, além da exclusão de produtores que não conseguiram se incorporar ao processo de modernização. (MÜLLER, 1989).

Graziano da Silva (1999) comenta que a modernização ocorreu de maneira parcial, no sentido de atingir alguns produtos, em algumas regiões, beneficiando alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo, aumentando a dependência da agricultura com relação a outros setores da economia e o grau de desequilíbrio social.

Ouro agravante do processo de modernização da agricultura brasileira é que esta tendeu a favorecer o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total, culminando com o aumento da pobreza no campo, pois a expansão da grande propriedade com a mecanização e utilização de agroquímicos diminui a necessidade de mão de obra permanente. (GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Com a integração da agricultura com outros setores da economia não só a produtividade agrícola aumenta como também a produtividade do trabalho, de forma que, o trabalho conjunto da família perde espaço para o trabalho individualizado. *“Duas grandes transformações ocorrem no meio rural, i) nova divisão do trabalho no interior das famílias, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva e, ii) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não”*. (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 1998:165).

É neste cenário de mudanças que a noção de “Novo Rural” ou “Ruralidade” ganha espaço. Trata-se do reconhecimento de que a atividade agrícola deixou de cumprir seu papel central de geração de renda e emprego e, portanto, *“uma mudança no perfil do emprego em determinadas áreas rurais, num contexto marcado pela maior diversificação de ocupações e fontes de rendas, que vai além da agricultura para os residentes no espaço agrário, é acionada como estratégia para preencher as suas necessidades”*. (TEIXEIRA, 2009:23).

Silva Rodrigues (1998) descreve algumas das atividades desempenhadas nesse “Novo Rural”. Segundo a autora, o que torna esse Rural realmente novo é basicamente o fato de não proceder apenas de atividades relacionadas à agropecuária ou a agroindústria, mais sim, a ampliação de atividades que não faziam parte desse meio, atribuindo-lhe novas funções, tais quais as que se baseiam em lazer, à moradia, a industriais e as de prestação de serviços. Para a autora, apesar de ser realizada no espaço rural, não se restringem ao plantio e a colheita de produtos agrícolas. Trata-se de olhar o mercado de trabalho da zona rural sob um novo prisma, que exige que se situe o que se considera “Meio ou Espaço Rural”.

Wanderley (2001) entende o meio rural como uma maneira de vida, que reflete os indivíduos a si mesmos e o mundo como um todo. Há a ideia de um universo não isolado, porém, com características próprias, adquiridas ao longo da história.

Para outros autores as definições de ruralidade se modificam conforme a área de atuação de cada estudioso, na geográfica, por exemplo, estudiosos defendem que é uma questão de localização, e não setorial, associando muitas vezes carência e precariedade, em diversos países, entre eles o Brasil. (ABRAMOVAY, 1998).

Ruralidade é um conceito de território, onde se acrescenta características comuns, mesmo que não definidas claramente e onde as famílias rurais passam a ficar atentas às alternativas de trabalho e as potencialidades apresentadas, com o intuito de melhorar sua qualidade de vida. (SARACENO, 1996; CARNEIRO, 2006). Trata-se de uma visão que privilegia tanto o aspecto econômico quanto social, na medida em que contempla o aumento no nível de renda familiar e ao mesmo tempo da qualidade de vida dos envolvidos.

Quando se se verifica o fenômeno da combinação das atividades agrícola e não agrícola, por parte dos membros das famílias dos produtores, como uma estratégia planejada e permanente, chega-se ao conceito de “Pluriatividade”. (TEIXEIRA, 2009).

Para Alentejano (1999), a Pluriatividade e seu desenvolvimento representa um aumento da exploração capitalista, ainda englobada nas transformações no mundo contemporâneo, demonstrando uma maior flexibilização e precarização das relações trabalhistas e considerável aumento no lucro do capitalista. Já Rua (2005) designa Pluriatividade como uma forma de não fragmentação da propriedade, pois, torna-se uma possível solução dos problemas agrícolas, “[...] procura-se, cada vez mais, trabalhar fora da unidade produtiva, e membros da família dedicam-se à prestação de serviços externos (tratorista, torneiro, frentista, comerciante, bancário, veterinário, piloto agrícola, etc.); estabelece-se uma estratégia de não fragmentação”. (RUA, 2005:9).

Sacco dos Anjos (2003) entende Pluriatividade como sendo um fenômeno com o objetivo de obtenção de uma maior remuneração. Segundo ele, trata-se do desenvolvimento, pelos componentes de uma mesma família, de diversas atividades da qual obtém remuneração. Estas atividades, por sua vez, podem ser prestadas dentro ou fora do meio de exploração, devido ao fato de que um ou mais integrantes podem trabalhar assalariados, prestando serviço a outros agricultores, ou ainda, industrializando a propriedade, oferecendo o serviço de turismo rural e/ou agro turismo, artesanato, etc., criando espaço para que tudo possa ser aproveitado da propriedade e no seu redor.

No Brasil, grande parte da população ainda reside na zona rural e é exatamente nessa parcela de indivíduos que estão os menos favorecidos, devido às grandes propriedades patronais que criaram grandes espaços vazios, o que afasta o país ainda mais de uma situação de paridade social.

Os pequenos produtores que ainda residem na zona rural e dependem de sua produção para manter-se, vêem na Pluriatividade uma oportunidade de acréscimo na renda. O que para Wanderley (2001), significa dizer, que a maneira em que especificamente é aplicada a Pluriatividade não constitui um abandono das atividades agrícolas e do meio Rural, mas uma estratégia familiar destinada a garantir sua permanência no meio Rural e vínculos com o patrimônio.

Assim, com o objetivo de contribuir com o tema, este estudo se propôs a apresentar uma análise estatística descritiva do “Novo Rural” catarinense. Para tanto, optou-se por dividi-lo em três seções, além desta introdução. Na primeira seção apresenta-se a metodologia e a base de dados. A segunda seção destina-se a apresentação dos resultados e discussões, onde é exposto o perfil socioeconômico das pessoas que residem na zona rural, mas que não desempenham atividades rurais. Já a terceira seção apresenta as considerações finais do estudo.

1-METODOLOGIA E BASE DE DADOS

Para atingir o objetivo proposto, este estudo fez uso da análise estatística descritiva que, segundo Martins e Donaire (1988), baseia-se em resultados de determinada amostra de uma população, buscando inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento dessa população. Neste método estatístico os dados quantitativos são coletados, organizados, apresentados e analisados.

A base de dados utilizada para obter as variáveis mencionadas refere-se à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada e disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2011.

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967 com o PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. O referido sistema de pesquisas investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o país.

Para fazer a seleção do banco de dados e análise estatística dos mesmos utilizou-se o *SASfor Windows V8*.

2- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tem por objetivo apresentar, através de uma análise estatística, o quadro socioeconômico da população agrícola residente na zona rural catarinense, mas que trabalha em atividades não agrícolas. Para tanto ela foi subdividida em dois subitens: Aspectos socioeconômicos do Estado de Santa Catarina e Perfil socioeconômico dos trabalhadores catarinenses, residentes na zona rural, mas que desenvolvem atividades não ligadas ao setor agrícola.

2.1 - O Estado de Santa Catarina¹⁷: informações gerais

Localizado na Região Sul do Brasil, o Estado de Santa Catarina, possui 295 municípios, tendo como capital a cidade de Florianópolis e ocupa uma extensão territorial é de 95.736.165 km², sobre o qual vive uma população de 6.248.436 pessoas das quais 5.247.913 residem na zona urbana e 1.000.523, na zona rural. Do total da população rural, 521.839 são homens e 478.684, mulheres. (CENSO, 2010).

¹⁷Estas informações constam em: www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc, e: www.brasilecola.com/brasil/economia-santa-catarina.htm.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,84 e sua economia é diversificada. Trata-se de um Estado onde são desenvolvidas atividades econômicas no ramo da indústria, extrativismo (animal, vegetal e mineral), agricultura, pecuária, pesca, turismo.

O setor industrial atua, principalmente, na produção têxtil, cerâmica e metal mecânico. Na agroindústria as duas maiores empresas de alimentos do Brasil são nativas de Santa Catarina, Sadia e Perdigão. Além dessas empresas existem outras que destacam em diferentes modalidades como na indústria de motor elétrico, indústria de compressores e eletrodomésticos, como a Cònsul e a Brastemp.

Seu extrativismo centra-se na extração de madeiras retiradas das Matas de Araucárias, além de obtenção de ervas e produção de papel. Na extração mineral existem reservas de carvão, fluorita, sílex, além de jazidas promissoras de quartzo, argila, cerâmica, bauxita, pedras semipreciosas, petróleo e gás natural.

No setor agrícola, o Estado ocupa um lugar de destaque na produção de milho, soja, fumo, mandioca, feijão, arroz, banana, batata inglesa, além de ser grande produtor de alho, cebola, tomate, trigo, maçã, uva, aveia e cevada. Na pecuária o estado destaca-se na criação de animais comerciais como bovinos, suínos e aves.

A pesca é considerada uma atividade de extração animal. Em Santa Catarina essa fonte de renda representa um importante papel no panorama econômico. O litoral catarinense é um dos maiores produtores de pescados e crustáceos do Brasil.

Sua imensa quantidade de paisagens e atrativos naturais promove, de forma significativa, o desenvolvimento do turismo no Estado, além de oferecer ao visitante a oportunidade de conhecer a arquitetura e os costumes herdados dos imigrantes europeus. Em suma, essa atividade assume um papel fundamental na receita do Estado.

2.2 - Perfil socioeconômico dos trabalhadores catarinenses residentes na zona rural e que desenvolvem atividades não agrícolas

De acordo com a figura 1, o Estado de Santa Catarina conta com uma população 6.439.389 milhões de habitantes, dos quais, 830.403, correspondem às pessoas com menos de 10 anos de idade; 69.532, os indivíduos com mais de 80 anos e 5.539.454, é a população que está na faixa etária dos 10 aos 80 anos de idade o que representa 86,02% da população total.

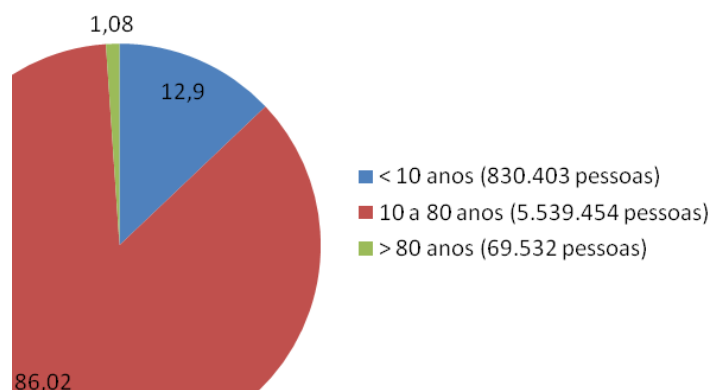


Figura 1: Total da População do Estado de Santa Catarina.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Da população que pertence à faixa etária dos 10 aos 80 anos (5.539.454 pessoas), 4.626.893 residem na zona urbana e 3.053.470 fazem parte da PEA – População Economicamente Ativa. Já dos residentes na zona rural, que somam 912.561 pessoas, 571.511 pessoas fazem parte da PEA. Na Figura 2, são apresentados estes resultados.

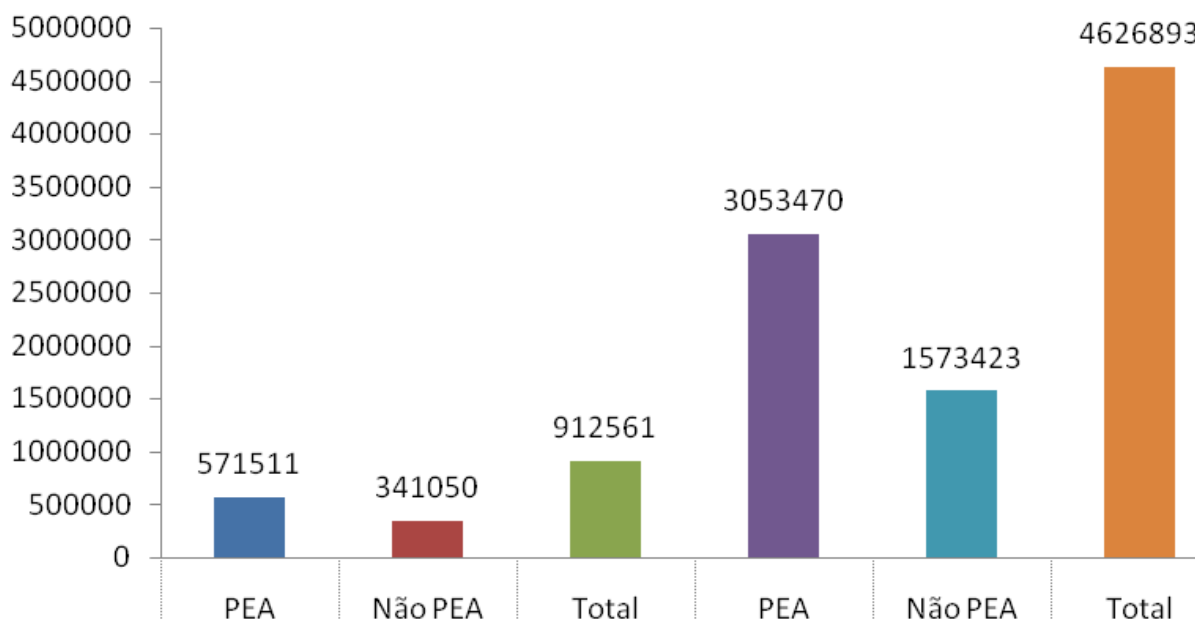


Figura 2: Total da População Economicamente Ativa (PEA), de Santa Catarina, segundo a Zona de residência e o fato de estar trabalhando ou não.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Contudo, nem todos os trabalhadores residentes na zona rural catarinense desempenham atividades não agrícolas. Conforme pode ser visto na Figura 3, do total da população residente na zona rural, destacado na Figura 2, acima, 56,08% residem na zona

rural e desempenham atividades ligadas ao setor agrícola, enquanto que 43,92% executam atividades não agrícolas.

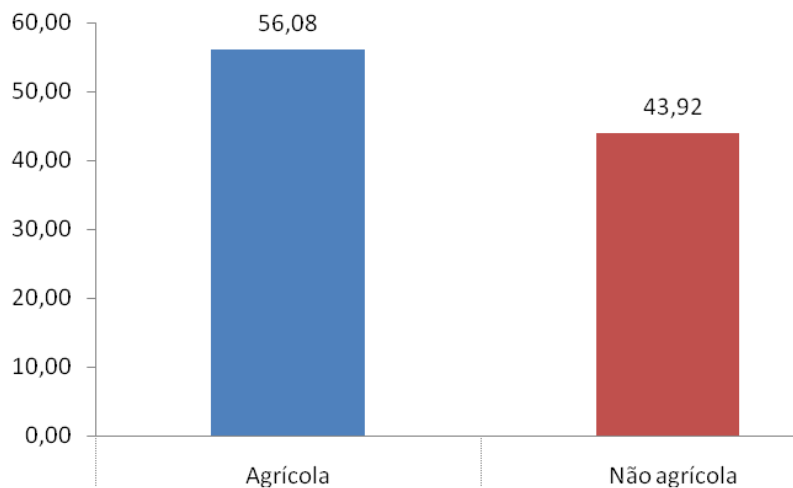


Figura 3: Total da População Trabalhadora e o fato de residir na Zona Rural e desempenhar atividades agrícolas e não agrícolas.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011

Assim, para cumprir o objetivo desta pesquisa, selecionou-se somente trabalhadores que moram na zona rural e que desempenham atividades não agrícolas, o que representa um total de 246.348 trabalhadores. A escolha desta população decorre do fato de que o estudo em foco visa demonstrar que as atividades na zona rural tem se tornado diversificado de suas vertentes agrárias.

Em relação aos setores de atividades, nota-se, segundo a Figura 4, que estes trabalhadores desempenham atividades em praticamente todos os setores de atividade econômica não agrícola. A indústria é o setor que mais emprega trabalhadores que residem na zona rural, com 36,83% da mão de obra total, o que representam, 90.735 trabalhadores. Em seguida vem o comércio, no qual 18,28% ou 45.025 pessoas estão trabalhando. Além disso, na construção civil encontram-se 11,56% da população. Outras áreas que se destacam ainda são o setor de serviços e o setor de educação e social, empregando 8,87% e 7,79% respectivamente.

Schneider (2007) tem salientado que o crescimento de atividades não agrícolas tem sido contínuo, enquanto que a redução da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada nas atividades rurais tem sido constante.

Segundo Souza (2004), os empregadores agrícolas têm buscado formas de diversificar a própria renda, investindo em outras atividades em suas propriedades, as atividades não

agrícolas. Segundo Gasson (1998), as explorações agrícolas em grande escala têm princípios pluriativos não devido às qualificações dos operadores, mas por diversificar a forma de utilização de recursos ou dos investimentos relacionados à propriedade.

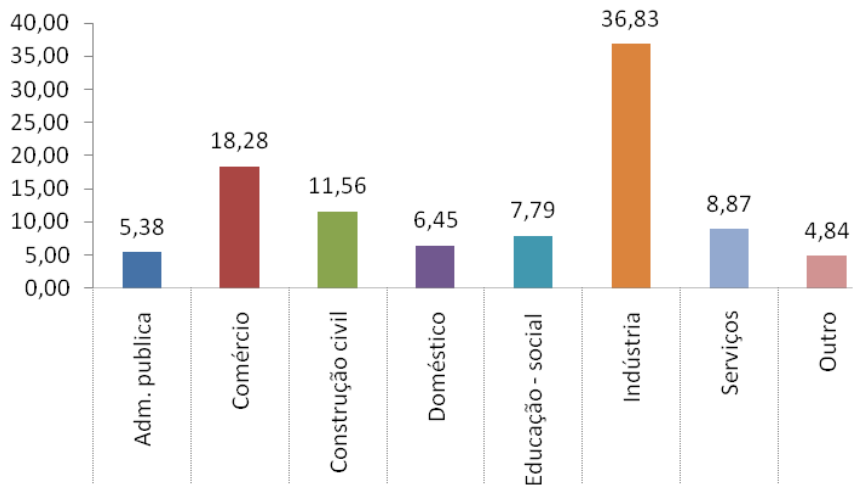


Figura 4: Total dos trabalhadores, residentes na Zona rural, segundo os setores de atividade econômica e o fato de desempenharem atividades não agrícolas.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Este estudo também procurou verificar qual era a cor ou raça predominante em meio a estes trabalhadores. Conforme se observa na Figura 5, o que predomina são pessoas da cor ou raça branca, correspondente a 91,13% da população total de trabalhadores que residem na zona rural e desempenham atividades não agrícolas, percentual que corresponde a 224.491 pessoas.

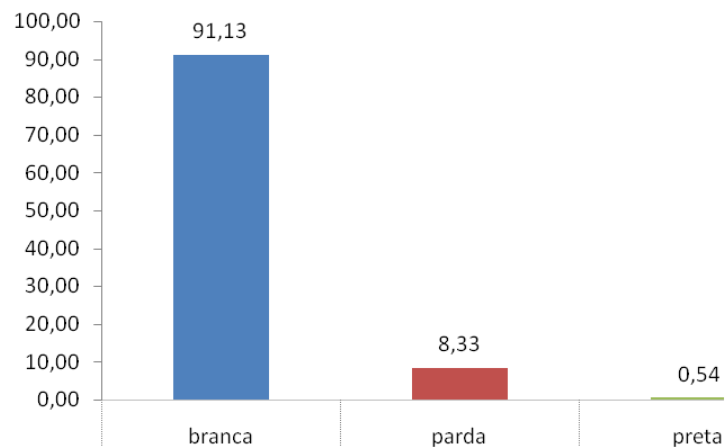


Figura 5: Total dos trabalhadores, residentes na Zona rural, que desempenham atividades não agrícolas, segundo a cor ou raça.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Quando se observa o sexo dos trabalhadores residentes na Zona rural, Figura 6, nota-se que predominam os trabalhadores do sexo masculino. Contando com um total de 141.053 pessoas referente a 57,26% do total, enquanto os trabalhadores do sexo feminino representam 42,74% dos trabalhadores ou um total de 105.295 pessoas.

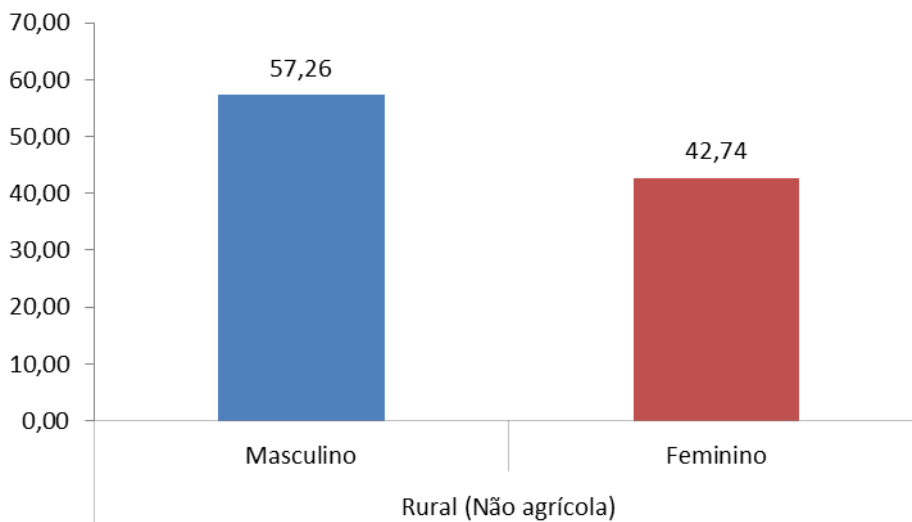


Figura 6: Total dos trabalhadores, residentes na Zona rural, que desempenham atividades não agrícolas, segundo o sexo.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

No que diz respeito à escolaridade desses trabalhadores, pode-se notar pela Figura 7 que 92.708 dos trabalhadores, ou seja, 31,63% dos trabalhadores, tem de 9 a 11 anos de estudo. Apenas 15.232, ou seja 6,18% dos trabalhadores, não possuem qualquer nível de instrução. Observa-se uma tendência crescente, ou seja, conforme aumenta o nível de instrução, aumenta também o número de trabalhadores que desempenham atividades não agrícolas, indicando uma relação direta entre o nível escolar e a atividades econômica que estes desempenham. O que se quer dizer com isto é que as atividades não agrícolas exigem trabalhadores mais preparados, em termos educacionais.

Segundo Soares (2008) ao longo dos anos, nota-se avanços consideráveis nos números da educação no país. Amorim *et al* (2008) em seu estudo defende que a escolaridade tem sido o maior capital humano convergido em gerenciamento, inovações e técnicas produtivas. Apesar de ainda ter uma baixa escolaridade, há tendências de melhora.

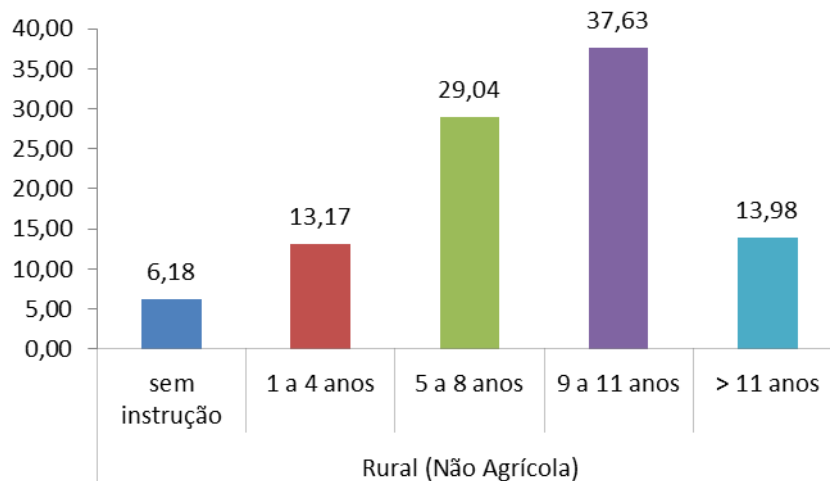


Figura 7: Total dos trabalhadores, residentes na Zona rural, que desempenham atividades não agrícolas, segundo os anos de estudo.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Outra variável analisada por este estudo refere-se à renda recebida por estes trabalhadores. Na Figura 8 pode-se observar que o rendimento recebido pelos trabalhadores residentes na zona rural, mas que não desenvolvem atividades agrícolas. Os dados dessa figura demonstram que a grande maioria dos indivíduos que dedicam-se às atividades não agrícolas, ou seja, 28,23% dos trabalhadores, recebem de 1 a 1,5 salários mínimos. Enquanto 21.191 trabalhadores recebem menos que 0,5 salário mínimo, perfazendo 8,6% dos trabalhadores. Nota-se também que há uma relação inversa entre número de trabalhadores e o nível salarial maior, ou seja, conforme aumenta o nível salarial, diminui a quantidade de trabalhadores pertencendo a esta categoria.

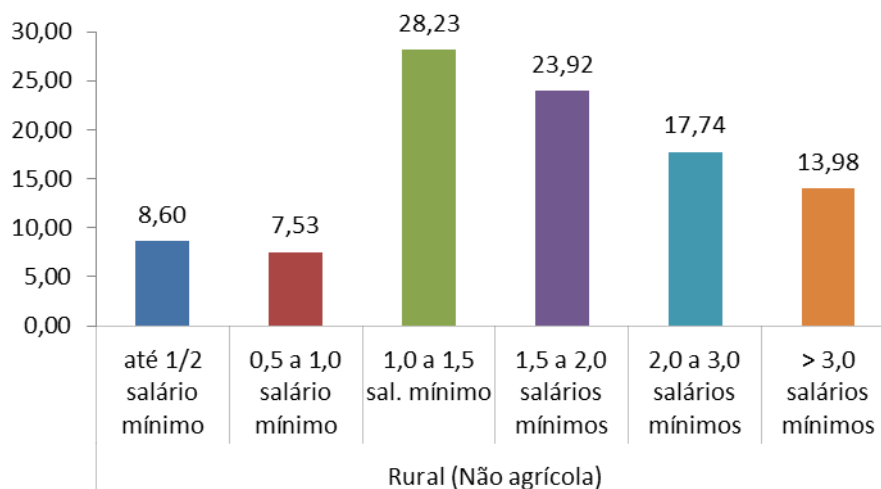


Figura 8: Total dos trabalhadores, residentes na Zona rural, que desempenham atividades não agrícolas, segundo o rendimento salarial.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Finalmente, apresenta-se na Figura 8 o total de famílias, residentes na zona rural. Nota-se que de um total de 443.000 famílias, 208 mil famílias todos os seus membros desempenham atividades somente no setor agrícola da economia; 156 mil famílias dedicam-se somente às atividades não agrícolas e somente 79 mil famílias são compostas por indivíduos que estão desempenhando atividades nos dois setores ao mesmo tempo: agrícola e não agrícola. Portanto, são estas famílias que a literatura tem designado de Famílias Pluriativas.

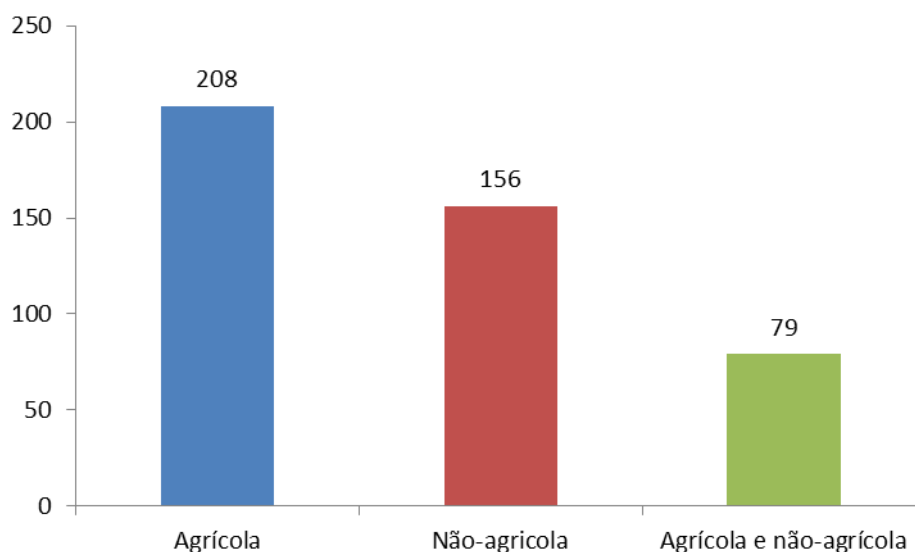


Figura 9: Total das famílias, residentes na Zona rural, que desempenham atividades “agrícolas”, “não agrícolas” e “agrícolas e não-agrícolas”,

Fonte: Resultados da pesquisa e a partir dos dados da PNAD, 2011.

Vale registrar que este estudo esbarrou em questões técnicas no sentido de que, utilizando-se os dados da PNAD, foi possível identificar os membros de uma mesma família, contudo não se consegue isolar as características socioeconômicas relativas a cada membro, dentro de cada família.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por finalidade fazer uma análise estatística descritiva das características socioeconômica dos trabalhadores agrícolas que desempenham atividades não agrícolas no Estado de Santa Catarina. Estas atividades, comumente designadas de “Novo Rural” ou “Ruralidade”.

Para atingir o objetivo proposto, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano 2011, realizada e disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os principais resultados verificados são:

- a. Do total de indivíduos que fazem parte da PEA, ainda predominam trabalhadores residentes na zona rural executando atividades agrícolas, ou seja, a grande maioria ainda se dedica as atividades de cunho rural;
- b. Dos trabalhadores que residem na zona rural e que executam atividades não agrícolas, predominam trabalhadores desempenhando suas funções no setor industrial da economia.
- c. Considerando a variável raça, nota-se que há predominância da cor branca entre os trabalhadores das atividades não agrícolas;
- d. Segundo a variável escolaridade nota-se que a grande maioria dos trabalhadores possui de 9 a 11 anos de escola. Notou-se também uma relação diretamente proporcional entre números de trabalhadores e nível escolar, no sentido de que existe mais trabalhador com maior grau de escolaridade.
- e. No que tange ao rendimento, os indivíduos que se dedicam as atividades não agrícolas, tem rendimento salarial maior, e conforme aumenta o salário, diminui o número de trabalhadores ocupados nestas atividades.
- f. Em relação às famílias compostas por membros que desempenham atividades agrícolas e não agrícolas, observou-se que somente 18% dessas estão trabalhando nos dois setores ao mesmo tempo.

A renda recebida pelos trabalhadores em atividades não agrícolas tem um nível relativamente maior do que aqueles que se dedicam unicamente as atividades rurais. Para as atividades não agrícolas faz-se necessário um maior grau de instrução, pois os serviços antes considerados mecânico e braçal passam a exigir um conhecimento maior em sua execução. Homens e mulheres dividem o mercado de trabalho, porém, ainda há predominância masculina.

Este estudo confirma que o Estado de Santa Catarina tem seguido a tendência nacional, onde trabalhadores da zona rural estão cada vez mais diversificando seus trabalhos e encontrando formas alternativas de aumentar a renda através das atividades não agrícolas.

Alguns autores têm defendido a necessidade de diversificação na área rural, porém, que esta não pode ser realizada sem planejamento. Silva *et al* (1999), sugerem pontos que devem ser identificados para que ocorra essa diversificação, destacando-se: observar as potencialidades do meio, tanto para atividades agrícolas como as não agrícolas; criar o interesse da comunidade local afim de que ela participe; solucionar problemas de infraestrutura que criam impasses ao aproveitamento das oportunidades; reestruturar os instrumentos institucionais para um maior fortalecimento dos setores; atualizar as pesquisas agropecuárias e de extensão rural do setor público, etc.

Finalmente destaca-se que a hipótese levantada neste estudo se confirmou, ou seja, os trabalhadores que estão desenvolvendo atividades não agrícolas têm recebido renda superior àqueles que se dedicam exclusivamente as atividade agrícolas. Tal fato já foi destacado em estudos que analisaram a situação de pobreza no campo. Rocha (1997), utilizando-se de dados da PNAD, verificou que a proporção de pobres que residiam no meio urbano do Brasil chegava a 26,8% e era significativamente inferior à proporção da população pobre domiciliada no meio rural, que era de 39,2% da População Economicamente Ativa (PEA). Lopes e Pontili (2010), também mostraram que os moradores da área urbana têm menor probabilidade de serem pobres ou indigentes, comparativamente àqueles residentes na área rural.

Outro fato que se constatou em muitas pesquisas foi em relação ao nível de escolaridade e a renda recebida pelos trabalhadores exclusivamente agrícolas. Estes estudos apontam para um grande contingente executando tarefas agrícolas sem nenhum rendimento ou trabalhando para o próprio consumo e a predominância de um nível escolar que não ultrapassava a 4 anos de estudo. (BUAINAIN, *et al* , 2010; LOPES, PONTILI e ALMEIDA, 2011; LOPES, PONTILI e COSTA, 2012).

Dentre os fatores que contribuíram de maneira decisiva para a perpetuação da pobreza no meio rural está a maneira como é organizado o mercado de trabalho. Na concepção de Balsan (2011), isto decorre do fato de, o novo padrão de desenvolvimento econômico tem provocado exclusão do homem do campo da geração de emprego, diminuição da renda, entre outros, ocasionando conseqüentemente, desordem no espaço rural, decorrente da competitividade do capitalismo.

As condições econômicas, sociais e políticas brasileiras evidenciam disparidade entre diferentes classes sociais, marginalizando diretamente as classes menos favorecidas, como os

agricultores com baixo poder aquisitivo, pequenos proprietários e agricultores familiares com área restrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão n. 72. IPEA, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R.. **Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?** In: TEDESCO (org.): **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 394p.

BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11787/6900>. Acesso em: fev/2013.

CARNEIRO, Maria José Teixeira. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica**. In: A diversidade da Agricultura Familiar. Sérgio Schneider (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.165-185.

GRAZIANO SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 240 p.

_____. **O novo mundo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **O Novo Rural Brasileiro**. Oficina de Atualizações: Ocupações Rurais não Agrícolas, 1998, p. 165-173. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf. Acesso em 20/02/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>. Acesso em: 20/02/2013.

KAGEYAMA, A (Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP/IE, 1987.

MARTINS, G. de A.; DONAIRE, D. **Princípios de estatística**. São Paulo: Atlas, 3. ed., 1988.

MEDEIROS, Natalino H. **A competição schumpeteriana e a organização cooperativa: o caso da “COCAMAR”**. São Paulo, 1995. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Departamento de Economia.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989. 149 p.

RUA, João. **Urbanidades no rural em um trecho da região serrana fluminense – a rodovia Teresópolis – Nova Friburgo**. In: I Encontro de Grupos de Pesquisa – agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio-espaciais. Rio de Janeiro: 2005. I Encontro de Grupos de Pesquisa.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374p.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade**: Problemas de definição em escala europeia. Seminário INEA sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais. Roma: 1996. Tradução de Angela Kageyama.

SILVA RODRIGUES, Vera Lúcia Graziano da. **Organizações empresariais por produto: o caso da cana-de-açúcar e da laranja em São Paulo**. Publicado em Cadernos do instituto de Ciências Humanas (I.C.H.), PUC – Campinas, n.8, 1998.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense**: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares. Campinas, SP: [s.n.], 2009. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Em publicacion: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. P. 30-44. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 01/03/2013.